



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005851-66.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **Roberlândia de Sousa da Silva**  
 Requerido: **Ruth Fullin Canoas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Roberlândia de Souza da Silva moveu ação de despejo em face de Ruth Fullin Canoas, informando que ela está em atraso quanto aos pagamentos (maio de junho de 2014), o que motivaria o despejo e a rescisão do contrato.

Contestação às fls. 26/27).

Réplica às fls. 33/41.

É o relatório.

Decido.

Estão presentes os requisitos para o julgamento no estado, sendo desnecessárias outras provas.

A inicial preencheu todos os requisitos legais, sendo necessária a intervenção judicial pois a requerida teria deixado de honrar com os pagamentos, sendo o que basta.

Aliás, quanto a ela, consta como interditada, tendo o MP se manifestado nos autos.

A requerida fez diversas alegações em contestação mas nada comprovou, o que leva à conclusão de que a parte autora tem razão em seus requerimentos.

Tanto isso é verdade que no curso do feito houve desocupação (fl. 93), sendo a autora imitada na posse.

Como o pedido não foi único, englobando a declaração de rescisão do contrato, não houve perda total de objeto, sendo necessária manifestação judicial para que não parem dúvidas sobre o término da avença.

Assim, reconhecida a perda superveniente de parte do objeto (despejo), julgo procedente o pedido restante para declarar rescindido o contrato de fls. 09/12.

Sendo necessária a intervenção do Judiciário, a ré arcará com as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em R\$1.000,00 (artigo 20, §4º, do CPC).

A requerida deverá ser intimada na pessoa de seu curador, conforme consta à fl. 103.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Ciência ao MP.

PRIC

São Carlos, 17 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**